

Tempo, gênero e pesquisa digital: desafios na pesquisa com mulheres motoristas durante a pandemia

Time, gender, and digital research: challenges in research with women drivers during the pandemic

Laura Talho

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

A partir das experiências de campo de minha tese de doutorado, este trabalho discute os desafios e dilemas metodológicos da pesquisa que entrelaça ferramentas digitais e dinâmicas de gênero. O artigo tem como objetivo problematizar os desafios metodológicos envolvidos na realização de pesquisas mediadas por tecnologias digitais com mulheres trabalhadoras de plataformas, tomando como referência uma investigação sobre a rotina de trabalho e a vida cotidiana de motoristas de aplicativos de transporte privado. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas remotas conduzidas por videochamadas ao longo do ano de 2020, em um contexto de pandemia. No entanto, essas conversas foram atravessadas por obstáculos relacionados às demandas do cotidiano feminino, principalmente em meio à crise sanitária, revelando tensões entre a (suposta) autogestão do tempo, mencionada por minhas interlocutoras, e as imposições de tarefas de cuidado, que frequentemente dificultavam a realização das entrevistas. O que emergiu das entrevistas foi uma sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, em que o tempo das mulheres era disputado por múltiplas demandas: as da plataforma, as da casa, as dos filhos e as do próprio corpo. Dessa forma, problematizo a distinta conceituação do tempo para trabalhadoras e trabalhadores de empresas-aplicativo, evidenciando como a mediação por novas tecnologias dilui as fronteiras entre diferentes esferas da vida cotidiana, tornando-as permeáveis entre o doméstico e o financeirizado. Além disso, analiso as estratégias metodológicas utilizadas para acessar minhas interlocutoras, desde o uso de redes sociais até a amostragem em bola de neve. Como principal resultado, argumento que o uso do digital como ferramenta de pesquisa e como objeto de análise exige uma reflexão metodológica específica, uma vez que as tecnologias digitais reconfiguram simultaneamente as formas de acesso ao campo, as condições de realização da pesquisa e as experiências de trabalho e de cuidado vividas pelas interlocutoras.

Palavras-chave: Metodologia digital, Gênero, Trabalho plataformizado, Trabalho de cuidado, Tempo.

Recebido em 7 de setembro de 2025.

Avaliador A: 14 de outubro de 2025.

Avaliador B: 17 de outubro de 2025.

Aceito em 16 de janeiro de 2026.



ABSTRACT

Drawing on the fieldwork conducted for my doctoral dissertation, this article discusses the methodological challenges and dilemmas involved in research that intertwines digital tools and gender dynamics. The article aims to examine the methodological challenges of conducting digitally mediated research with women platform workers, based on a study of the work routines and everyday lives of women ride-hailing drivers. The research was carried out through remote interviews conducted via video calls throughout 2020, during the COVID-19 pandemic. However, these conversations were marked by obstacles related to the demands of women's everyday lives, particularly amid the health crisis, revealing tensions between the (supposed) self-management of time described by the participants and the care responsibilities that frequently hindered the interviews. What emerged from the interviews was an overlap between productive and reproductive labor, in which women's time was contested by multiple demands: those of the platform, the household, their children, and their own bodies. The article therefore problematizes the distinct conceptualizations of time experienced by women and men working for platform companies, showing how digital technologies blur the boundaries between different spheres of everyday life, making the domestic and the financialized increasingly permeable to one another. In addition, it examines the methodological strategies adopted to access participants, ranging from the use of social media to snowball sampling. As its main finding, the article argues that using the digital both as a research tool and as an object of analysis requires a specific methodological approach, since digital technologies simultaneously reshape access to the field, the conditions under which research is conducted, and participants' experiences of work and care.

Keywords: Digital methodology, Gender, Platformized work, Care work, Time.

INTRODUÇÃO

A expansão das plataformas digitais, intensificada sobretudo durante a pandemia de Covid-19 e pela necessidade abrupta de confinamento social, reconfigurou não apenas as formas de sociabilidade, mas também os modos de trabalho, de acesso a bens materiais, de aprendizagem e de entretenimento. Nesse contexto, tais dispositivos¹ passaram a ocupar um lugar central na organização da vida social, sendo elevados ao status de serviços essenciais (Nieborg; Duffy; Poell, 2020).

Diante da centralidade assumida por essas tecnologias, as próprias formas de produção

¹ Aqui entendo “dispositivo” como um conceito foucaultiano, que orienta condutas, produz saberes e regula comportamentos, operando relações de poder na organização das interações.

de conhecimento nas Ciências Humanas também passaram por transformações, processo que vem sendo descrito por autores como Plantin e Punathambekar (2019) como uma “virada infraestrutural nos estudos de mídia e comunicação”, em razão do uso cotidiano, disseminado e estruturante das infraestruturas digitais.

Ademais, considerando que o termo “plataforma” passou a operar como uma categoria guarda-chuva, designando, simultaneamente, empresa, *software*, infraestrutura e cultura, conforme aponta Grohmann (2021), torna-se fundamental que os pesquisadores definam e qualifiquem analiticamente aquelas que utilizam e investigam. Tal cuidado se justifica pelo fato de que essas plataformas se inscrevem na temporalidade e territorialidade concreta de seus usos e, por sua própria natureza sociotécnica, se transformam de maneira acelerada (Parreiras, 2024).

Este artigo discute o percurso de uma pesquisa realizada com mulheres motoristas de aplicativos de transporte durante o contexto da pandemia de Covid-19, refletindo sobre os limites e possibilidades da pesquisa digital em contextos de instabilidade e sobrecarga de trabalho, seja ele produtivo ou reprodutivo.

A pesquisa, realizada por meio de entrevistas remotas via videochamadas e iniciada a partir de interações nas redes sociais, revelou tensões profundas entre a promessa de autonomia e autogerenciamento propagada pelas empresas-aplicativo e as exigências concretas da vida cotidiana das trabalhadoras. O tempo, aqui, se apresenta como uma categoria central para a análise: tempo de trabalho remunerado, tempo de espera, tempo de conexão, tempo de cuidado, tempo de descanso. O entrelaçamento dessas temporalidades escancara as ambiguidades da autogestão, a sobreposição de esferas antes separadas (doméstica e produtiva), e os desafios de escuta e acesso em uma pesquisa mediada por dispositivos tecnológicos.

Ao longo deste texto, proponho refletir sobre as metodologias adotadas, os obstáculos enfrentados e os aprendizados construídos na tentativa de compreender como gênero, cuidado e plataformas digitais (de transporte e de comunicação) se articulam no cotidiano de mulheres que, ao dirigir, tentam também conduzir suas vidas em meio a algoritmos, incertezas e múltiplas jornadas.

O PERCURSO METODOLÓGICO NA PESQUISA DIGITAL COM MULHERES MOTORISTAS

Nos meses de julho e agosto de 2020, realizei entrevistas com nove mulheres motoristas de aplicativos de mobilidade urbana. Acessar nossos interlocutores nem sempre é uma tarefa fácil, por distintas razões. Contudo, essa se mostrou ainda mais desafiadora em um contexto de

pandemia, que exigiu de pesquisadores formas mais criativas para se chegar até eles.

No meu caso, como gostaria de entrevistar mulheres motoristas de carros por aplicativo, e apesar de ser uma frequentadora bastante recorrente dessa modalidade de circulação urbana, com a crise sanitária que se instalou logo no início de 2020, quando iria começar meu campo, que envolveria o contato direto com motoristas mulheres que hoje estão espalhadas pelas grandes cidades², ainda que em menor número que os homens, precisei repensar minhas estratégias, optando pelo uso exclusivo de ferramentas eletrônicas. Como apontam Parreiras e Pavesi (2024), é nesse momento que, inclusive, se solidifica o trabalho de pesquisadores que se dedicavam ao digital há décadas, já que a vida passou a depender, em muitas esferas, do tecnológico³.

Assim, como grande parte das interações entre as pessoas passou a depender de computadores e redes sociais, resolvi buscar por pistas dessas motoristas através da página oficial da Uber⁴ no Instagram. Em 2020, o Brasil era o 3º país no mundo que mais usava esta mídia social, atrás apenas dos EUA e da Índia, contando com 95 milhões de usuários até outubro daquele ano (We Are Social, Hootsuite, 2020). Descrevo minha aproximação etnográfica digital (Parreiras, 2024) como forma de deixar, também, transparente o percurso metodológico percorrido, já que as condições que me fizeram buscar por essas mulheres no Instagram podem fazer sentido no momento da pesquisa e no contexto brasileiro, mas talvez isso não possa ser dito em período e local diversos.

Eu sabia que os comentários das postagens da empresa poderiam me dar alguma indicação de que as mulheres motoristas estariam por ali, seja para realizar alguma reclamação ou até mesmo elogios, já que a rede era usada como canal de comunicação entre a empresa, clientes e os provedores do serviço, também para demandas particulares. Importante notar que os usos que cada pessoa, em cada lugar, faz das redes sociais criadas são bastante particulares, pois dependem de um arcabouço simbólico e cultural apreendidos localmente (Lins; Parreiras; Freitas, 2020). Assim, ainda que o perfil do Instagram da Uber tenha sido criado mais com o intuito de promover a marca, ele serve, por vezes, como local de queixas e reclamações, mas

2 À época, eu imaginei que seria possível encontrar mulheres motoristas em meus próprios trajetos, uma vez que, antes de escolher esse tema de pesquisa, eu já havia me deparado com algumas.

3 Neste trabalho, o termo “tecnologia” refere-se principalmente à tecnologia da informação, conforme descrito por Castells (1999), que argumenta que as tecnologias da informação estruturam a sociedade por meio de redes e remodelam as dinâmicas de poder e os processos de produção no capitalismo contemporâneo. No entanto, reconheço que o conceito de tecnologia é amplamente debatido e pode abranger não apenas dispositivos e infraestruturas técnicas, mas também formas de governamentalidade e subjetivação, como sugerido por Foucault (1975, 1978). Embora essas abordagens sejam relevantes e se engajem em reflexões mais amplas sobre o tema, elas não são o foco central deste texto.

4 Como a Uber era a empresa-aplicativo que detinha a maior parcela de mercado, decidi começar minhas buscas por ela.

também de exaltação por usuários e “parceiros”⁵.

Dito e feito: foi na página da Uber (@uber_br) que encontrei as duas primeiras entrevistadas de toda a pesquisa. A primeira delas, a qual chamei de Norma⁶, era uma mulher que se autoidentificava como preta, 36 anos, responsável por um lar monomarental com dois filhos homens, divorciada, com ensino superior incompleto, e que trabalhava há 4 anos como motorista de aplicativos. A entrevista foi extremamente rica, primeiro porque ela tinha uma vasta experiência no trabalho que me interessava, e ainda, porque ela me intrigava: seu comentário no perfil da Uber era extremamente elogioso. Ela agradecia a empresa por ofertar uma proteção de acrílico de separação entre o banco do motorista e o dos passageiros⁷, e por oferecer reembolso na compra de alguns produtos de higiene e limpeza⁸. Para mim foi uma extrema surpresa, visto que eu estava bastante influenciada no momento pelas reclamações que surgiam na imprensa, principalmente vindas dos *motoboys* e *bikeboys* que realizavam entregas via aplicativos, que buscavam melhores condições de trabalho diante de uma realidade de possível contágio, com baixas remuneração e ausência de apoio das empresas (Bonis, 2020; Santana; Braga, 2020).

Apesar de ela ter concordado em me passar outros contatos de mulheres motoristas que conhecia, isso nunca se concretizou. Quando entrei em contato para reforçar o pedido, um familiar seu estava no hospital, e me disse que assim que estivesse tudo bem, me procuraria. Como quis respeitar seu momento, não a procurei novamente, e optei por seguir de outras formas.

A segunda delas foi por outro caminho inusitado, mas ainda possibilitado por um comentário deixado na postagem do Instagram, só que dessa vez, da filha da condutora. Ela relatava que sua mãe era motorista da plataforma e que havia sido excluída sem qualquer justificativa, tentando, repetidas vezes, obter alguma resposta pelo e-mail institucional da empresa. Assim, enviei uma mensagem ao perfil privado da menina, dizendo que havia lido seu desabafo e me apresentando como doutoranda. Por fim, eu perguntava se sua mãe estaria disposta a conversar comigo sobre o trabalho que exercia, para a minha pesquisa. Ela me respondeu depois de alguns dias, dizendo que a mãe falaria com o maior prazer, pois também havia realizado não só doutorado, como pós-doutorado, e entendia a importância da pesquisa e

5 Essa é a nomenclatura que a empresa usa para definir os motoristas. Para uma crítica aprofundada, ver Antunes (2024).

6 Todos os nomes foram trocados para proteger o anonimato das entrevistadas.

7 Contudo, em nossa entrevista, ela me narrou que a proteção de acrílico era gratuita apenas para alguns motoristas, e o valor variava entre as categorias a que pertenciam cada condutor. Ela mesmo teve que desembolsar a quantia de R\$ 40,00 (quarenta reais), pois havia perdido seu status de categoria diamante por conta de uma cirurgia, que a fez se afastar das atividades por algum tempo.

8 Algumas motoristas me relataram que não conseguiriam o reembolso, por dificuldade de acesso à área de comunicação da empresa e o envio dos comprovantes.

o auxílio a jovens pesquisadores.

Assim, Zaida me concedeu a entrevista em julho de 2020, e me contou sobre sua dificuldade com a vida acadêmica, que sofreu o baque das crises financeiras vivenciadas pelo estado do Rio de Janeiro na metade dos anos de 2010, de onde ela recebia uma bolsa de auxílio para a sua segunda pesquisa de pós-doutorado, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), além de dar aulas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como contratada. A atividade de motorista então havia começado como um bico, e logo se transformou em sua atividade exclusiva, como forma de sustentar os dois filhos, já que “o pai ajuda com uma parte, mas eu dou a maior parte”, como me disse. Ela era uma mulher que se autodeclarava como branca, divorciada e com 45 anos.

Diferentemente da experiência de Norma, Zaida, que também tinha 4 anos trabalhando para as plataformas, estava enfrentando diversas dificuldades com a empresa-aplicativo, e via na página da rede social da Uber uma forma de tentar chegar mais facilmente à uma resposta para a sua reclamação.

A conversa que realizamos foi essencial para o desenrolar de outras entrevistas, pois tão logo terminamos, ela pediu autorização de algumas de suas amigas motoristas para passar seus contatos para mim, para entrevistas posteriores. Dos seus contatos, novas indicações surgiram, e assim fui conseguindo chegar a um número bastante satisfatório para a tese. Vale apontar que contei ainda com o apoio de uma amiga, que me passou o contato de uma conhecida que havia trabalhado como motorista por algum tempo, a qual chamei de Gisele, parando durante a pandemia, por medo de contaminar a avó e a filha que estavam sob seus cuidados. Esta amiga me serviu como “semente” (Vinuto, 2014).

Nesse momento é importante trazer a discussão que Juliana Vinuto realiza acerca da técnica de amostragem em bola de neve, a qual me valí para a realização de minha pesquisa de doutorado. Segundo ela, para a execução deste método é necessário, inicialmente, contarmos com

[...] documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado (Vinuto, 2014, p. 203).

Nos dois casos a que me referi mais acima, de Norma e Zaida, como eles foram acessados através das redes sociais, com a postagem que me serviu como o documento-chave para localizar “as pessoas com o perfil necessário para a pesquisa”, me questiono sobre a natureza dessa “semente”, já que o que está em jogo aqui é esse acesso ao espaço digital. Seria a semente o comentário deixado pela própria motorista, em um caso, e a filha de Zaida, no

outro? De qualquer forma, esse ambiente interacional mexe com a relação que é colocada entre pesquisadora e entrevistada. Em um ambiente não-virtual, a semente, quando é um informante-chave, serve como validação da pessoa do pesquisador, seu “fiador”. No ambiente on-line, o pesquisador pode se valer de seu “perfil” criado na rede social para se mostrar confiável, e ainda, rastreável. Portanto, pode haver mais abertura — caso o perfil possa ser entendido como profissional, ou ainda, que haveria certa proximidade de posição entre o interlocutor e o entrevistado — ou maior afastamento, caso se entenda que os posicionamentos podem ser divergentes, como ocorreu com Vinuto (2014, p. 2016), que apontou: “tenho por hipótese que justamente por essa pressuposição sobre quem seria a entrevistadora, muitos funcionários não aceitaram conversar comigo, principalmente nos possíveis casos em que os funcionários contatados discordassem totalmente das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, sabendo que ela tinha o posicionamento favorável à norma.

Em meu caso, como a questão sobre posicionamentos políticos ou econômicos não era necessariamente uma matéria a ser debatida, apenas faço uma demarcação importante: pela minha condição de me reconhecer como uma mulher cisgênero, tenho plena consciência de que tive maiores aberturas para ouvir suas histórias de violência, assédio e ameaças sofridas, como parte de uma aproximação inerente entre pesquisador(a)-interlocutor(a). Contudo, por ser uma pessoa lida como branca, questiono se as entrevistadas que se entendiam como racializadas (duas mulheres pardas e uma preta), poderiam ter se sentido menos confortáveis para abordar questões raciais e suas devidas problematizações ao longo de suas narrativas⁹.

Vale notar que as estatísticas produzidas acerca das características sociodemográficas de motoristas de aplicativos de mobilidade indicam que a composição racial do trabalho seja majoritariamente negra (apenas 39% dos motoristas são brancos segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid, 2020 ou 35% conforme Survey CEBRAP/Amobitec, 2023). Porém, grande parte das minhas entrevistadas eram mulheres brancas, e isso, possivelmente pode ser explicado pelos ciclos de contatos que minhas entrevistadas conviviam, que iam me direcionando uma à outra, com características bastante similares entre si, algo importante de ser apontado em pesquisas que usam o método de bola de neve, como já informou Vinuto (2014). Outra possibilidade, é a de que mulheres negras também possuem menos acesso à habilitação que mulheres brancas, conforme demonstra a pesquisa de Lilian Freire (2023), analisando os dados publicados na Nota Técnica 265 da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de São Paulo. E que, ainda que o mercado de automóveis já tenha descoberto maneiras de atrair homens negros para a compra de carros, não encontrou formas de agregar

9 Faço essa ponderação pois foram poucas as interações que envolveram problematizações sobre raça na fala das entrevistadas.

as mulheres negras à dinâmica de marketing desse negócio, que ainda tem a cara do homem branco (Matsubara, 2021).

Apesar de eu ter conseguido alguns outros contatos de mulheres motoristas para continuar o processo de investigação, todas elas estavam passando por processos individuais que sempre as impediam de agendar um horário comigo. Devo lembrar que o período pandêmico foi marcado por muitas incertezas na vida dessas profissionais, tendo em vista a mudança nos padrões das corridas (a prevalência de corridas curtas, portanto menos rentáveis, já que as pessoas estavam com medo de andar a pé e encontrarem-se com outros transeuntes); a sobrecarga do trabalho doméstico e do cuidado com filhos e genitores; a ansiedade do medo da doença e dos constantes (e aparentemente injustos) desligamentos realizados pelas plataformas, como trazido por Zaida; o aumento de dívidas domésticas contraídas para a aquisição de bens fundamentais à manutenção da vida, como apontado por Cavallero e Gago (2024); e tantas outras que serão narradas ao longo do texto, que importarão para as questões que quero abordar, já que demarcam bem a vida cotidiana de uma mulher que necessita de um salário para pagar as contas ao fim do mês.

Assim, resumidamente, as nove mulheres que entrevistei são, em sua maioria, pertencentes aos estratos socioeconômicos médios, que contam com certo acúmulo de experiências profissionais remuneradas e minimamente qualificadas, grande parte delas proprietárias dos veículos que usam para o trabalho, ou sendo este de propriedade de algum familiar¹⁰.

Importa também demarcar que, considerando que minhas sujeitas de pesquisa estavam dispersas por diferentes regiões do país e as limitações impostas pela pandemia de COVID-19, que restringiram a mobilidade física, acessei-as por meio de ferramentas digitais. Todas as entrevistas foram agendadas após uma conversa inicial pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, na qual eu explicava o teor da pesquisa e a temática das perguntas.

Após a confirmação de aceite e da data para a conversa, elas eram realizadas sincronamente pela modalidade de videochamada do mesmo *app*, recurso que se tornara bastante comum no período, uma “tecnologia mundana” (Dourish, Graham, Randall, 2010; Parreiras, 2024), sendo simples de ser executado por ambas as partes. Porém, como eu precisava das entrevistas gravadas, para posterior análise, e a possibilidade de gravação não existia no aplicativo, logo após a concordância das interlocutoras com o registro em áudio, eu iniciava um gravador acoplado em outro celular que deixava ao lado.

Assim, a tecnologia foi, além de um recurso metodológico que possibilitou minha entrada e permanência em campo em um contexto adverso, também um componente central das discussões que tive com as entrevistadas, pois facilitou uma nova dinâmica de trabalho para as motoristas, conforme narrarei mais abaixo, além de uma experiência de mobilidade inédita

¹⁰ Apenas uma delas trabalhava com um veículo que alugava mensalmente de um particular.

para as (e os) usuárias(os).

Faço essas ponderações, inclusive, pois é importante pensarmos analiticamente como nos posicionamos em campo, como apontou Geertz (2012), ainda que este campo seja o digital. As novas tecnologias vêm sendo adotadas fortemente para possibilitar novos meios de se fazer pesquisa, mas esta escolha metodológica deve ser pensada eticamente, e suas potencialidades e também suas limitações devem ser trazidas à discussão, assim como nas abordagens que usam metodologias já tidas como convencionais, como a própria técnica de “bola de neve”. Foi isso que tentei introduzir neste tópico, e passo agora à análise de outras especificidades da pesquisa com as motoristas de aplicativos de transporte privado.

AS DINÂMICAS DE GÊNERO E A GESTÃO DO TEMPO NA PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO

Eu costumo falar que é um trabalho escravo mesmo, sabe? Um trabalho escravo disfarçado, né? Porque você passar horas dentro de um carro. [...] Os motoristas que trabalham sozinhos, eles chegam a trabalhar no mínimo 12 horas por dia, e dessas 12 horas, grande parte você trabalha sentado. Tinha dia que eu demorava 6 horas para conseguir parar para levantar. E às vezes eu levantava assim, com muita dor e aí tem a questão também de um local para você ir ao banheiro¹¹, porque a gente ficava muito à mercê, eu ia muito em posto [de gasolina] (Gisele, motorista, 2020).

A incorporação dos aplicativos ao mercado de trabalho provocou uma transformação profunda nas dinâmicas laborais, reconfigurando as relações de trabalho de maneira ainda mais radical do que as sucessivas ondas de (des)regulação do sistema de proteção social que marcam o contexto brasileiro desde os anos 1980 (Machado da Silva, 2002), fruto de políticas neoliberais em curso em distintos locais pelo globo (Harvey, 2008).

Portanto, vale ressaltar que a plataformação do trabalho que trago aqui, com toda a abrangência multifacetada e polissêmica do termo, como aborda Rafael Grohmann (2021, n. p.) em um ensaio sobre os diversos nomes atribuídos a esse fenômeno que está em efervescente construção, é “resultado da radicalização de processos históricos presentes na sociedade brasileira, como a apropriação do trabalho informal e a intensificação da flexibilização do trabalho”. Esse processo se intensificou com a reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467), que ampliou as

¹¹ Sobre como a questão da procura por um local sanitário adequado também impacta as condições de trabalho e de tempo para as mulheres, me detei mais detalhadamente em minha tese de doutorado (Talho Ribeiro, 2024). Como aqui pretendo me ater mais às questões da vida privada sobre a temporalidade, não pude adentrar nessa temática, apesar da relevância para o que também discuto neste trabalho.

possibilidades de contratação flexibilizada e contribuiu para o avanço da informalidade no país e do aumento das jornadas de trabalho, como narrado pela motorista acima.

Com a inserção de processos e rotinas dataficados por essas plataformas, que inclui mecanismos de controle quase imperceptíveis da rota, do valor da corrida e da jornada diária dos chamados “parceiros”, somada à opacidade nos critérios de cálculo das notas atribuídas por motoristas e passageiros e da tarifa final, resultando em um “gerenciamento algorítmico” (Abílio, 2019), complexifica-se ainda mais a relação entre trabalhador e plataforma. Ao contrário da narrativa de simples intermediação tecnológica promovida pelas empresas, o que se observa é uma reorganização estrutural de cadeias produtivas historicamente marcadas pela informalidade e pela flexibilidade de regulação. Embora a plataforma insista na ideia de uma parceria entre iguais, os diferentes níveis de acesso, controle e retenção de dados revelam uma assimetria profunda, evidenciando que o vínculo estabelecido está mais próximo de uma relação desigual de poder do que de uma colaboração horizontal.

Contudo, muitas dessas motoristas, nas entrevistas realizadas, apontaram alguns aspectos positivos, como uma possibilidade de autogerenciamento da atividade e, assim, do tempo. Dessa forma, elas poderiam organizar os próprios horários de trabalho de acordo com demandas pessoais, além da ausência de uma figura hierarquicamente superior que ficasse constantemente realizando demandas:

Entrevistadora: E por que a senhora escolheu começar a dirigir pra aplicativo?

Erminia: Então, foi assim, eu sempre trabalhei em comércio, minha vida toda, gerente, vendedora. Só que a vida no comércio é uma vida muito escrava. Era muito ruim porque você trabalha muito e não tem vida. Aí eu fui mandada embora, a loja fechou que eu estava gerenciando, aí eu fiquei um tempo meio sem saber o que fazer. Aí eu falei: “acho que a oportunidade é essa, que eu já tinha o carro, acho que é uma grande oportunidade porque aí eu vou juntar o útil ao agradável, vou fazer o horário que eu queira, e vou ser eu a minha patroa, aí eu faço o que eu quero”, e eu gosto de dirigir. Aí eu optei por esse lado. (...) A maior vantagem é a flexibilidade do seu horário, né? Você tem um horário mais flexível. Não quero trabalhar, não vou! A número 1 é essa. E quando você sempre trabalhou com patrão, meta, essas coisas, hoje você tá meio que...mais flexível, sem gente tomando conta de mim... nem tomando conta de mim não, mais mandando mesmo “faz isso, faz aquilo”.

Entrevistadora: E quais são as vantagens [de se trabalhar como motorista de aplicativo]?

Zaida: Eu faço meu horário, hoje eu me dei o dia! Resolvi algumas coisas, e voltei pra casa. Então trabalhar dessa forma, tem seus benefícios, só que você tem que ser um chefe bom, né? Porque senão você nunca sai pra trabalhar também. Você pode diluir seus ganhos ao longo da semana, eu posso, se eu quiser, não trabalhar segunda, terça e quarta, agora quinta, sexta, sábado e até domingo à tarde e de noite, eu dou o gás, e aí você consegue um salário semanal legal. Se eu quiser, se isso for bom pra mim, eu posso ajustar minha rotina pra isso.

Entrevistadora: Quais são as maiores vantagens que você acha de trabalhar como motorista de aplicativos?

Sara: A flexibilidade de eu fazer meu horário. Eu trabalhar na hora, dia e quando eu quero. Não ter chefe, não ter patrão, não tem ninguém te mandando. Eu acho que isso é o que mais me atrai. Essa penúltima empresa que eu trabalhei até 2004, eu saí meio que traumatizada de lá, meio que decepcionada. Esse estilo de trabalho, ser dona do meu próprio negócio, hoje eu me sinto melhor (Entrevistas realizadas em 2020).

Na pesquisa realizada por Magaldi *et al.* (2024), em que foram entrevistados 22 motoristas e 21 entregadores por aplicativo, de ambos os gêneros, na cidade do Rio de Janeiro, a conclusão que se chega é a mesma: uma relativa satisfação, especialmente em relação à uma percepção de autonomia na organização dos horários de trabalho e a ausência de subordinação imediata. Resultado análogo foi identificado em outro contexto nacional: em um *survey* conduzido com 955 entregadores de alimentos nos Estados Unidos, dos quais 74% eram mulheres e, em sua maioria, brancas, os participantes também indicaram que a plataformização do trabalho favorece o equilíbrio entre o trabalho remunerado e o cuidado familiar, em função da maior flexibilidade na organização da rotina (Milkman *et al.*, 2021).

Ainda que muitas dessas narrativas estejam associadas a um suposto “empreendedorismo de si” (Abílio, 2020), é importante destacar, no entanto, que a inserção de muitos trabalhadores nos aplicativos se dá após experiências em ocupações mal remuneradas e percebidas como exploratórias, principalmente daquelas vindas de setores do comércio, área reconhecidamente exaustiva. O apelo de “ser o próprio patrão” e a promessa de liberdade de escolha sobre quando trabalhar funcionam como um atrativo sedutor, especialmente em contextos de crise econômica, como a vivida pelo Brasil na metade da década de 2010, coincidentemente (ou não?) o momento de chegada desses *apps* pelo país. Para essas trabalhadoras, a sensação imediata de autonomia pode ser valorizada, dificultando a aplicação inicial da lógica da precarização do trabalho, como discute Niels van Doorn (2020), frequentemente mobilizada nos estudos sobre plataformização. Isso revela uma ambiguidade afetiva na relação com o trabalho: de um lado, a frustração com a falta de transparência nas decisões da empresa e nas formas de remuneração; de outro, o sentimento de gratidão pela possibilidade de obter renda em meio à instabilidade econômica, aliado à valorização da flexibilidade oferecida pelo sistema.

Alguns estudiosos vêm buscando formas de descrever esse gerenciamento de si, que é inteiramente subordinado a condições ditadas pelas próprias empresas, que exigem a disponibilidade do trabalhador, porém utilizando-o apenas quando necessário, quando há demanda. É o que De Stefano (2016) chamou de “work on demand”. Conforme apontado pela motorista Gisele, no início desse tópico, ainda que alguns trabalhadores tenham que se dedicar 12 horas diárias para garantir uma remuneração satisfatória, apenas aqueles minutos nos quais houve, efetivamente, uma corrida em curso, é que serão devidamente pagos pela empresa. Além disso, ao motorista não cabe qualquer negociação sobre a distribuição desse trabalho ou dos valores a serem recebidos, e a incerteza passa a ser parte desse cotidiano laboral (Abílio, 2019).

É o que mostram também Firmino, Cardoso e Evangelista (2019), revelando que, para além da exigência de hiperconectividade, camadas de vulnerabilidade à vigilância do algoritmo e a novas formas de flexibilização transformam-se em imobilidade social: “O trabalho tornou-se onipresente, distribuído por dispositivos tecnológicos que nos acompanham o tempo todo, alertando-nos, conectando-nos, rastreando-nos e, até certo ponto, aprisionando-nos na mais completa imobilidade” (Firmino; Cardoso; Evangelista, 2019, p. 7, tradução minha).

Portanto, há a compreensão, até aqui, de que as dinâmicas de trabalho mudam com essa nova sociabilidade tecnológica (Zuboff, 2018) e com a lógica de gestão nas plataformas digitais, e que, de certa forma, elas se apresentam de forma relativamente neutra do ponto de vista de gênero. Contudo, ao examinarmos as interseções entre trabalho financeirizado e responsabilidades domésticas, emergem sutilezas importantes que só podem ser devidamente compreendidas a partir de uma perspectiva generificada, que trato a seguir.

A diluição das fronteiras entre diferentes esferas da vida cotidiana: o doméstico e o financeirizado

Uma coisa que não me chamou atenção à época das entrevistas foi o quanto uma situação bastante peculiar se repetiu algumas vezes: a conversa ser interrompida por crianças, todas do sexo masculino, que chamavam suas mães, e ainda, que buscavam minha atenção no outro lado da câmera. Apesar de eu ter colocado esses apontamentos na tese, como uma discussão inicial sobre a exigência do cuidado sobre essas mulheres, aqui busco aprofundá-la sob a ótica da temporalidade. Nesse sentido, é relevante notar que, com o auxílio da gravação em áudio da conversa, o registro produzido, que é passível de ser revisitado posteriormente, constitui uma das vantagens decorrentes do aprimoramento das tecnologias ao longo do tempo e da sua inserção no fazer antropológico, possibilitando a retomada das cenas tal como aconteceram. Como aponta Ferraz (2019, p. 49): “[...] pela viabilidade da tecnologia, facilita-se os registros e recortes que podem ser salvos em pastas digitais para posteriores análises sobre as articulações, proporções e relações dos fatos sociais diagnosticados”.

Vale apontar que as situações narradas a seguir referem-se a três mulheres que, embora apresentem características distintas entre si e diferentes distribuições do tempo dedicado ao cuidado dos filhos, têm, ainda assim, suas dinâmicas de trabalho e de descanso atravessadas por essa responsabilidade. Norma, 36 anos, preta e divorciada, ao ser questionada se era a principal provedora do lar, respondeu: “Sim, sou mãe solo, mas o pai paga o colégio dos filhos”. Carmem, 32 anos, branca e casada, afirmou, a respeito das despesas domésticas: “Divido com meu marido”. Já Ermínia, 48 anos, autodeclarada parda e também divorciada, declarou sobre a provisão do lar: “Tenho uma guarda compartilhada. Uma semana ele [o filho] fica comigo, e aí eu sou provedora desse lar mesmo”. As duas primeiras, moradoras do estado de São Paulo, enquanto a última, do Rio de Janeiro.

Logo na primeira entrevista, com Norma, seu filho mais novo, de 12 anos, estava em um canto brincando com um *tablet* durante toda a nossa conversa. Porém, já chegando ao final, e transcorrido mais de 1h25, ele passou a puxar o celular que intermediava a nossa conversa algumas vezes, algo que na hora sinalizou para mim que era o momento de interromper a entrevista, pois outra demanda a aguardava, a do cuidado. Isso não me despertou interesse naquele momento, e como esta entrevista não foi gravada (a única delas), não tenho detalhes do transcorrido, pois não cheguei a fazer anotações acerca disso, apenas relembro que ele apareceu na câmera em dado momento, curioso, para me ver e também ser visto.

No caso de Carmem, que tinha um filho de 5 anos, também nos minutos finais da entrevista, que já passava de 1h10, comecei a escutar a voz do menino longe da câmera, indicando que ele queria sua atenção. Assim, em dado momento, eu chego a dizer para ela “te agradeço muito pelo seu tempo, sei que não é fácil, ainda mais nesse momento com tanta coisa para fazer, você está aí com seu filho”, e logo ele aparece em minha visão, me olha e sai. Ela então diz “ele tem vergonha”, como que se desculpando.

A terceira situação se deu com Ermínia. Tínhamos marcado o início da conversa para as 19h30, mas após algumas mensagens minhas no WhatsApp perguntando se podíamos começar, ela retornou falando que estava terminando as tarefas escolares com a criança, que logo me chamava. Assim, às 20h09 a ligação começou e eu fui logo me desculpando por atrapalhá-la, ao que ela me respondeu: “*Nada, normalmente esse horário eu estou à toa, mas hoje deu uma enrolada nos estudos*”. Também, já quase ao fim da entrevista, o menino fez algumas movimentações buscando sua atenção e a minha, aparecendo na câmera, o que fez com que ela precisasse interromper a entrevista por alguns segundos e ir até seu encontro.

Vale notar que todas as entrevistas foram agendadas para horários que as próprias mulheres me apontaram como seus períodos de descanso, mas que foram também divididos com a atenção que elas necessitavam dar a suas proles, que exigiam seus olhares a partir de dado momento.

Norma, que era uma mulher negra em um lar monomarental, tinha falas contrastantes sobre alguns aspectos da dedicação necessária a respeito do trabalho. Ora ela o enxergava como facilitador de uma flexibilidade: “os aplicativos proporcionam flexibilidade, eu posso almoçar e jantar com meus filhos, fez toda a diferença”, ora como um trabalho desgastante:

No início eu trabalhava umas 8h, no máximo 10h por dia, agora são pelo menos 12h se não a conta não fecha. [...] Quando alguém me fala que vai trabalhar de motorista eu pergunto: “Você tem certeza? Tem outra opção?” Se não tiver, aí tudo bem, mas se tiver, eu já falo que não é moleza não (Norma, 2020).

Porém, a própria trabalhadora não entende que haja qualquer ambiguidade nessa relação, encarando como mais um trabalho cheio de dificuldades e contradições, como qualquer outro.

Na casa de Carmem, ela e o esposo se dividem nos cuidados com o filho, porém, de acordo com sua fala, de maneiras desiguais, já que a presença de uma babá supre quase que totalmente o horário que o genitor deveria estar sozinho com o pequeno:

Entrevistadora: Quais são seus horários de trabalho?

Motorista Carmem: Eu vou das 16h às 20h30, que é o horário de pico, de movimento. Se antes você for, você fica muito parada, esperando. Então pra mim não compensa. Eu vou nesse horário, que ele [o marido] já chegou [do trabalho]. A babá fica com o M... [nome da criança] até umas 19h30, 20h, e ele chega e eu vou. Ela vem às 15h (Entrevista realizada em 2020).

Percebe-se que o marido passa poucos minutos sozinho com M., que é o tempo entre a saída da babá e a chegada de Carmem, que segundo ela, pode ser entre 30 a 60 minutos. Se a entrada e a difusão da mulher no mercado de trabalho profissional quase quadruplicaram em 50 anos, quando observamos um período de 1960 a 2010 (Guimarães, 2016), certamente as relações familiares e do cuidado com a casa também passaram a ser alteradas nesse período, como no processo de “desfamiliarização do cuidado de crianças pequenas”, tratado por Bila Sorj (2013), com a introdução de agentes que não pertencem ao núcleo familiar nessa relação, em sua maioria, outras mulheres.

Além disso, perguntei a Carmem sobre sua carga de trabalho doméstico durante a pandemia:

Entrevistadora: E como são suas atividades domésticas agora? Você acha que aumentou ou diminuiu?

Motorista Carmem: Aumentou porque eu sou doida né? Eu limpo até as maçanetas das portas, que antes eu não limpava. Toda a lavagem de roupa eu coloco Lysoform, que eu não colocava. Em tudo eu passo álcool 70 líquido, que antes eu não passava. Então aumentou nesse sentido assim, de redobrar essas questões.

Entrevistadora: - E com relação às atividades, seu marido divide com você ou você que faz as coisas?

Motorista Carmem: Não! Eu que faço tudo! E inclusive, eu pago uma faxineira de 15 em 15 dias pra vir limpar, tá? Eu pago SOZINHA [ênfase sonora dela]. Ele não divide tarefa, ele também não ajuda a pagar.

Entrevistadora: Por quê? Ele não acha necessário?

Motorista Carmem: É...ele só reclama. Só reclama (Entrevista realizada em 2020).

Interessante notar que, ainda que seu trabalho dentro da casa tenha aumentado, e que o próprio marido entenda que estes afazeres são menos importantes e não lhe dizem respeito, vale lembrar que existe um problema também de classe (e provavelmente raça) que precisa ser apontado: a mulher mais privilegiada, que é financeiramente capaz de delegar esses serviços a uma outra mulher, seja na função de cuidado, com a babá, seja com o trabalho doméstico, na figura da faxineira: “os problemas não estão ausentes (mesmo as mulheres em posição vantajosa dedicam mais tempo aos afazeres domésticos do que os homens, como visto), mas seu impacto

é reduzido pelo acesso a produtos e pela contratação dos serviços de outras mulheres” (Biroli, 2018, p. 46).

Contudo, é importante marcar que, em levantamento da PNAD Contínua de 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas a mais por semana do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, demonstrando uma relação de gênero ainda bastante marcada nesse campo. É também o que aparece na fala de Ermínia, logo abaixo, ainda que de forma sutil, mas demonstrando como as tarefas de reprodução têm reflexo bastante significativo no trabalho produtivo, principalmente quando ele é contabilizado por hora “efetivamente produtiva”.

A condição de mãe e trabalhadora é apontada como uma diferença crucial para o tempo que a mulher pode passar dirigindo, ressaltando algo que se torna um diferencial nesse tipo de trabalho: quanto mais tempo você passa dirigindo, não apenas você atingirá maior remuneração, mas também maior pontuação para a empresa. Motoristas que têm um maior número de corridas, sobem nas categorias definidas pelos aplicativos, categorias essas que lhes concedem benefícios e regalias, conforme já exposto no exemplo da tela de acrílico concedida à Norma por um valor mais baixo que a outros motoristas, de categoria inferior. Há aqui uma dupla exigência das mulheres-mães e uma dupla penalização.

Entrevistadora: E a senhora acha que tem alguma diferença nas condições de trabalho entre homens e mulheres que dirigem?

Ermínia: Não...condição de trabalho não...o mercado em si não...de motorista de aplicativo não, acho que é a mesma coisa, ...acho que não toca diferenciado pra homem, tipo pega mais corrida assim, ou pra mulher, não pega tanta corrida assim... acho que esse mercado que é do aplicativo, acho que não tem muita diferença não. Acho só que o homem acaba tendo mais tempo na pista, porque tem mais disponibilidade, porque a mulher tá em casa, muitas das vezes eles são os provedores, né? As mulheres ficam em casa tomando conta [dos filhos, da rotina de cuidado], aí eles ficam mais tempo na rua.

Entrevistadora: Isso é importante. As mulheres têm que passar mais tempo em casa.

Ermínia: É, a maioria dos homens fica mais tempo na rua do que em casa. A mulher não, a mulher às vezes tem que se desdobrar mais por causa...no meu caso não tenho essa preocupação, né? Aí eu tenho que ficar alguns dias com meu filho e eu fico em casa com ele. Porque eu tenho essa obrigação. Acho que homem não tem muito essa coisa, essa obrigação (Entrevista realizada em 2020).

Interessante notar que o filho de Ermínia, que tem 10 anos de idade, é fruto de uma relação que terminou com um divórcio. Diante desse desfecho, ela acredita que não vivencia a situação de depender economicamente de um companheiro, e por isso não lhe seria exigido permanecer em casa, realizando tarefas de cuidado, enquanto este homem sairia para exercer tarefas remuneradas.

Porém, conforme me contou, ela tem a guarda compartilhada, na qual uma semana a criança fica com ela, e na outra semana, com o pai, o que exige, portanto, que ela se dedique menos ao trabalho do que pessoas que não assumem a função do cuidado para si.

Pela sua fala é possível perceber que há uma ambiguidade de pensamento no que ela aponta como sendo sua condição de mãe-trabalhadora, ora como uma trabalhadora que pode se dedicar integralmente à função, quando o menino está com pai (“a mulher às vezes tem que se desdobrar mais por causa dos filhos...no meu caso não tenho essa preocupação, né?”), ora como uma mulher que deve prover o cuidado da prole, nas semanas em que este está sob sua guarda, enquanto isto não parece ser uma obrigação para a maioria dos homens em nossa sociedade (“Aí eu tenho que ficar alguns dias com meu filho e eu fico em casa com ele. Porque eu tenho essa obrigação. Acho que homem não tem muito essa coisa, essa obrigação”).

É interessante notar que, mesmo em grande parte das histórias dessas mulheres que me foram contadas, em que muitas eram as principais provedoras financeiras da casa, o discurso que ainda prevalecia era o de que os homens seriam, naturalmente, os responsáveis por esta dinâmica social, como quando Ermínia diz, apesar de sua experiência, que “*muitas das vezes eles são os provedores, né?*”. bell hooks trata dessa noção arraigada na narrativa social, aliada, principalmente, a uma cultura cristã, que não permite à mulher ser a condutora da vida financeira familiar, sustentada por um trabalho fora do ambiente doméstico:

Uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura “cristã”, multidões de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrima de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não (hooks, 2019, p. 18).

Ainda, como aponta Donna Haraway, a invisibilidade do trabalho reprodutivo e a vulnerabilidade feminina dessas trabalhadoras, tornam o questionamento sobre o que poderia definir uma jornada de trabalho, como apontado por Marx (2013) no livro primeiro de *O Capital*, ainda mais importante de ser realizado quando se trata de uma mulher, já que tantas tarefas por ela realizadas nem são vistas como tal:

Ser feminizado significa: tornar-se extremamente vulnerável; capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva; que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadores/as e mais como servos/as; **sujeito a arranjos do tempo em que a pessoa ora está empregada num trabalho assalariado ora não, num infeliz arremedo da ideia de redução do dia de trabalho**; levar uma vida que sempre beira a ser obscena, deslocada e reduzível ao sexo (Haraway, 2009, p. 69, grifos meus).

Assim, torna-se fundamental reconhecer que a jornada de trabalho dessas mulheres é atravessada, sobretudo nos chamados trabalhos flexíveis, por dinâmicas que demandam ainda mais disponibilidade e adaptação. Estar em casa não implica, necessariamente, ter tempo

livre ou controlável, mas, ao contrário, desdobrar-se em múltiplas funções simultâneas. A jornada, portanto, permanece truncada e fragmentada, marcada por distintas formas de trabalho invisibilizado, ou mesmo por aquilo que Haraway nomeia como servidão, que são exigidas dessas mulheres no cuidado com os filhos. Se, sem estabelecer distinções de gênero, Ricardo Antunes (2024) já assinala a subordinação inescapável do trabalhador plataformizado, ao ampliar essa chave analítica para a questão feminina torna-se possível problematizar a noção de uma *suposta* autogestão do tempo. Nesse sentido, ainda que essas mulheres se percebam como detentoras de controle sobre suas escalas de trabalho, a realidade revela que a temporalidade feminina é regulada por tantos outros padrões sociais e responsabilidades reprodutivas que extrapolam, em muito, o encerramento da atividade no aplicativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias narradas pelas mulheres motoristas de aplicativos de transporte privado entrevistadas revelam os múltiplos tensionamentos que atravessam o trabalho plataformizado no Brasil. Em um cenário de crise sanitária e econômica, como a vivenciada na pandemia de covid-19, a promessa de flexibilidade de horários e autonomia, constantemente reiterada pelas empresas-aplicativo, mostrou-se ambígua e, muitas vezes, ilusória. O que emergiu das entrevistas foi uma sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, em que o tempo das mulheres era disputado por múltiplas demandas: as da plataforma, as da casa, as dos filhos, as do próprio corpo.

A impossibilidade do encontro presencial, imposta pelo contexto sanitário, deslocou o trabalho de campo para ambientes digitais que, longe de constituírem apenas meios neutros de mediação, configuraram-se como ambientes atravessados por expectativas e assimetrias. O uso de redes sociais como o Instagram e de aplicativos de mensagens e videochamadas, como o WhatsApp, exigiu da pesquisadora um constante exercício de negociação de presença, confiança e legitimidade, revelando que o “estar em campo”, na pesquisa digital, implica lidar com formas fragmentadas, intermitentes e, muitas vezes, precárias de acesso às interlocutoras.

A dificuldade de estabilizar encontros síncronos, as constantes interrupções das entrevistas e os frequentes adiamentos não foram apenas limitações operacionais, mas expressões concretas das condições de vida das interlocutoras. A sobreposição entre trabalho remunerado, tarefas domésticas e cuidado, tornada visível justamente pela mediação digital, revelou que o tempo da pesquisa esteve permanentemente em disputa. Assim, a “flexibilidade” do campo, longe de fragilizar a investigação, constituiu-se como um dado etnográfico central,

permitindo compreender como as promessas de autogerenciamento e “tempo livre” se chocam com as exigências cotidianas impostas às mulheres.

Portanto, a mediação digital da pesquisa não apenas moldou as formas de contato e entrevista, como também passou a integrar o próprio objeto de análise, revelando como as tecnologias criam novos regimes de visibilidade, disponibilidade e controle, tanto para pesquisadoras quanto para interlocutoras. A experiência metodológica aqui descrita permitiu refletir sobre a importância de considerar, ética e analiticamente, o lugar de onde pesquisamos, especialmente quando o campo se torna difuso, descentralizado e altamente mediado por plataformas tecnológicas.

Ao tratar das experiências dessas mulheres com o trabalho plataformizado, este artigo buscou evidenciar como as desigualdades de gênero não são apagadas pela tecnologia, ao contrário, são reconfiguradas e, muitas vezes, acentuadas por ela. A análise do tempo – do tempo disponível, do tempo negado, do tempo que escapa – mostrou-se fundamental para compreender as formas como essas trabalhadoras constroem, ajustam e muitas vezes tensionam suas rotinas para garantir o sustento e o cuidado com os outros e consigo mesmas.

Por fim, este trabalho busca contribuir para os debates que envolvem metodologias digitais, gênero e plataformas, propondo que a escuta atenta, a reflexão sobre nosso próprio lugar como pesquisadoras(es) e a atenção às dinâmicas do cotidiano são fundamentais para entender os modos de gestão e manutenção da vida e do trabalho produtivo.

REFERÊNCIAS

1. ABÍLIO, Ludmila. ‘Empreendedores de si’ e a precarização do trabalho no Brasil. **Nexo Jornal**, [s. l.], 26 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/empreendedores-de-si-e-a-precarizacao-do-trabalho-no-brasil>. Acesso em: 16 jul. 2025.
2. ABÍLIO, Ludmila. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Viña del Mar, v. 18, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>. Acesso em: 23 jul. 2025.
3. ANTUNES, Ricardo. Nota de apresentação: O Brasil na contramão da regulamentação do trabalho em plataformas. In: HIESSL, Christina; GONSALES, Marco; RONCATO, Mariana Shinohara; VAN DER LAAN, Murillo (org.). **Trabalho em plataformas digitais: regulamentação ou desregulamentação? O exemplo da Europa**. São Paulo: ABET: Boitempo, 2024. p. 9-18. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Trabalho-em-plataformas-digital.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.
4. BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho. In: BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:**

limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 21-52.

5. BONIS, Gabriel. Pandemia precariza ainda mais o trabalho de entregadores de aplicativos. **UOL**, [s. l.], 10 jul. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/10/pandemia-precariza-ainda-mais-o-trabalho-de-entregadores-de-aplicativos.htm>. Acesso em: 10 jul. 2025.
6. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume 1. Tradução de Roneide Venancio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
7. CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. **A casa como laboratório**: finanças, moradia e trabalho essencial. São Paulo: Elefante; Porto Alegre: Criação Humana, 2024.
8. DE STEFANO, Valerio. The Rise of the Just-In-Time Workforce: On-Demand Work, Crowdswork and Labour Protection in the “Gig-Economy”. **Conditions of Work and Employment Series**, Genebra, n. 71, 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/rise-just-time-workforce-demand-work-crowdswork-and-labour-protection-gig>. Acesso em: 26 jun. 2026.
9. DOURISH, Paul; GRAHAM, Connor; RANDALL, Dave. Theme issue on social interaction and mundane technologies. **Personal and Ubiquitous Computing**, [s. l.], v. 14, p. 171-180, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00779-010-0281-0>. Acesso em: 23 jul. 2025.
10. FERRAZ, Claudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos qualitativos em mídias online. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46–69, out. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/44648>. Acesso em: 29 nov. 2025.
11. FIRMINO, Rodrigo; CARDOSO, Bruno; EVANGELISTA, Rafael. Hyperconnectivity and (Im)mobility: Uber and surveillance capitalism by the Global South. **Surveillance & Society**, [s. l.], v. 17, 2019. Disponível em: <https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/view/12915>. Acesso em: 23 jul. 2025.
12. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. [1975].
13. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
14. FREIRE, Lilian Rose. Relação entre condutores habilitados e motorizados: uma questão de gênero e raça. **Companhia de Engenharia de Tráfego**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://files.antp.org.br/2023/10/3/relacao-entre-condutores-habilitados-e-motorizados.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.
15. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora LCT, 2012.
16. GROHMANN, Rafael. Os nomes por trás do trabalho plataformizado. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/19/os->

nomes-por-tras-do-trabalho-plataformizado/. Acesso em: 10 dez. 2025

17. GUIMARÃES, Nadya. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 46, p. 59-77, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pNktSF8L6RzvQ5gCjWGvXsS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023
18. HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.
19. HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
20. hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 7. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
21. LINS, Beatriz; PARREIRAS, Carolina; FREITAS, Eliane. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821>. Acesso em: 23 jul. 2025.
22. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Cadernos CRH**, Salvador, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18603>. Acesso em: 15 fev. 2021.
23. MAGALDI, Tiago; RAZAFINDRAKOTO, Mireille; ROUBAUD, François; AZAÏS, Christian. Percepciones vs números: un enfoque cuali-cuanti del trabajo de plataforma en Brasil. **Estudios Sociológicos**, [s. l.], v. 42, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.24201/es.2024v42.e2703>. Acesso em: 23 jul. 2025.
24. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.
25. MATSUBARA, Vitor. Todos iguais? Diversidade entra no radar das montadoras, mas realidade mostra poucas oportunidades a mulheres e negros. **UOL**, [s. l.], 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/carros/reportagens-especiais/diversidade-na-industria-automotiva-no-brasil>. Acesso em: 9 jul. 2025.
26. MILKMAN, Ruth; ELLIOTT-NEGRI, Luke; GRIESBACH, Kathleen; REICH, Adam. Gender, class, and the gig economy: the case of platform-based food delivery. **Critical Sociology**, [s. l.], v. 47, n. 3, p. 357–372, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920520949631>. Acesso em: 9 dez. 2025.
27. NIEBORG, David; DUFFY, Brooke Erin; POELL, Thomas. Studying platforms and cultural production: methods, institutions, and practices. **Social Media + Society**, [s. l.], v. 6, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305120943273>. Acesso em:

22 nov.2025.

28. PARREIRAS, Carolina. Etnografia e uso de plataformas digitais: aprendendo com o WhatsApp. **Novos Debates**, Brasília, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.48006/2358-0097/V10N1.E101011>. Acesso em: 23 jul. 2025.
29. PARREIRAS, Carolina; PAVESI, Patrícia. Antropologia digital e imaginários etnográficos: experimentações, dilemas e possibilidades. **Novos Debates**, Brasília, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/423>. Acesso em: 22 jul. 2025.
30. PLANTIN, Jean-Christophe; PUNATHAMBEKAR, Aswin; EDWARDS. Digital media infrastructures: pipes, platforms, and politics. **Media, Culture & Society**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 163–174, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0163443718818376>. Acesso em: 23 nov. 2025.
31. SANTANA, Marco Aurélio; BRAGA, Ruy. #BrequeDosApps: enfrentando o uberismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/25/brequedosapps-enfrentando-o-uberismo>. Acesso em: 26 jul. 2020.
32. SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, mai./ago, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/N4CfkgXHT8Gtgsr4RvDNhtP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2026.
33. TALHO RIBEIRO, Laura. **Gênero e Fluxos**: Estratégias utilizadas por mulheres na circulação urbana em aplicativos de transporte particular. 2024. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
34. VAN DOORN, Niels. Angústia de trabalhadores mal pagos afeta toda a sociedade, diz pesquisador. Entrevista concedida a Jacqueline Lafloufa. **TAB UOL**, [s. l.], 31 out. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/10/31/angustia-de-trabalhadores-mal-pagos-afeta-toda-a-sociedade-diz-pesquisador.htm>. Acesso em: 23 jul. 2025.
35. VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 23 jul. 2025.
36. WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. Report 2020. **We are social**, [s. l.], 30 jan. 2020. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2020/10/social-media-users-pass-the-4-billion-mark-as-global-adoption-soars>. Acesso em: 13 fev. 2021.
37. ZUBOFF, Shoshana. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

Laura Talho

Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0259-4696>. E-mail: lauratalho@gmail.com.